Bibliografia

LAWRENCE R. KLEIN — *THE KEYNESIAN REVOLUTION* — The Macmillan Company, New York, 1947.

Esta obra se inclui entre os três ou quatro mais úteis documentos recentes, mediante os quais se pode estabelecer familiaridade com a corrente de pensamento Keynesiano (1). Ela tem o mérito de ser clara, lógica e de não reter senão o essencial. O autor se dirige mais ao grande público que aos especialistas, porém êstes encontrarão, alí, fórmulas novas e apreciações teóricas que não são de todo dispensáveis. O livro originou-se de uma tese de doutorado, defendida em 1944, perante o Instituto de Tecnologia de Massachussets, onde PAUL SAMUELSON é professor. Embora ela contenha, essencialmente, uma exposição de *Teoria Geral do Emprêgo,* pretende ser alguma coisa mais que simples comentário: é ao mesmo tempo, uma explicação e um complemento. O autor, antes de tudo, indica as tendências e traça a evolução do pensamento de KEYNES. Compreendemos, então, como, nutrido na teoria econômica clássica, seu gênio foi conduzido a revê-la, por toques sucessivos, às vêzes contraditórios, para, finalmente, reduzí-la ao caso particular de uma tèoria mais geral. Em seguida, após haver apresentado as funções compreendidas no mecanismo keynesiano e estabelecido um balanço das polêmicas posteriores a 1936, L. R. KLEIN estuda a significação econômica e a face social do sistema. São, no total, 180 páginas de um pensamento denso e geralmente rigoroso, mas, escritas com uma confiança tão completa no valor explicativo das proposições enunciadas que o leitor crítico chega a lamentar o próprio texto de KEYNES com suas nuances, suas reservas e seu senso de humor.

A *Teoria Geral* é colocada na atmosfera que provocou seu nascimento e assegurou seu sucesso. Tomamos conhecimento dos escritos e das palavras de KEYNES ao alvorecer da grande crise e verificamos que tôda a sua atenção estava, nessa época, voltada para a questão dos investimentos. Num relance, L. R. KLEIN abrange um estado do pensamento econômico. As lacunas da teoria econômica tradicional são expostas como tentativas das escolas "heréticas" para sair dos quadros consagrados de análise. Sabe-se que KEYNES, num gesto de grão

(1) Convem citar:

La Théorie Keynesienne: Numero spécial de Economie Appliquée, Avril-Septembre 1948, Presses Universitaires de France.

JOAN ROBINSON — *Introduction à la théorie de l'Emploi*, 1948, Tradução francesa, Presses Universitaires de France.

senhor, condescendeu em cercar-se de seus predecessores: MALTHUS, SILVIO GESELL, HOBSON, o Major DOUGLAS... e até mesmo MONTESQUIEU. Na realidade, pouca coisa se deve a êstes autores, conforme êle próprio explica com humor, a propósito de GESELL: "como acontece sempre — escreveu — no caso de idéias imperfeitamente analisadas, sua importância não nos aparece claramente senão quando chegamos, por nossos próprios meios, a conclusões pessoais. Antes disso imaginávamos, como os outros economistas univeritários, que seus esforços profundamente originais, não merecessem maior atenção que a obra de um desequilibrado" (2).

Para bem situar a *Teoria Geral*, é, provàvelmente, mais interessante recorrer aos modernos trabalhos sôbre a moeda, conforme L. R. KLEIN, em boa hora, tentou. Por intermédio dêle, vemos que o sistema de KEYNES é a conclusão triunfal dos prolongados esfôrços da escola de Cambridge para substituir a velha teoria quantitativa, que entrevia o nível geral dos preços sob o ângulo do desejado encaixe. Êstes esforços se efetuavam numa orientação análoga à que seguiam as escolas de Stockolm e Viena, em prolongamento dos trabalhos de WICKSELL. Lamentamos, entretanto, que o autor tenha passado em silêncio por contribuições igualmente interessantes, como se de AFTALION (3) e BERTRAND NOGARO (4) que, antes de KEYNES, já haviam impulsionado a teoria econômica na mesma direção para onde o grande inglês deveria magistralmente orientá-la.

E' verdade que L. R. KLEIN não insiste senão sôbre um aspecto — em nosso entender, capital — da concepção keynesiana: a interdependência que ela estabelece entre os fenômenos monetários e os fenômenos de produção. Para êle, a inovação consiste, essencialmente, no "*development of a theory of effective demand;* i. e., *a theory of the determination of the level of output as a whole* (pg. 36). E sua análise recai, em primeiro lugar, sôbre as despesas de consumo e as despesas de investimento, com as quais, êle constrói, ao lado da procura da moeda, as três colunas básicas do modêlo que nos propõe. Para nós, a verdadeira originalidade de *Teoria Geral* está mais além. A teoria clássica da produção fazia abstração do tempo, porque ela se estabelecia sem a intervenção da moeda e é, essencialmente, esta omissão que KEYNES reparou. A preferência pela liquidez não existe senão em consideração ao tempo, que desempenha na vida econômica um duplo papel: o motivo da transação se prende à *decalagem* que ocorre entre o momento em que as rendas são percebidas e aquêle em que são dispendidas (papel mecânico); os dois outros motivos, de

(2) J. M. KEYNES, *Théorie général de l'emploi et de la monnaie*, trad. francesa, Payot, pág. 367.

(3) *Prix, Monnaie et Change*, Paris, 1927 — O autor conclui, depois de notáveis análises estatísticas, que as flutuações do nível geral dos preços são função da renda dispendida.

(4) *La Monnaie et les Phenomènes Contemporains*, Paris — Nesta obra B. NOGARO, que rejeita a teoria quantitativa, mostra que as variações da quantidade de moeda não agem sôbre os preços senão por intermédio dos fenômenos de produção.

precaução e especulação, existem, apenas, em função das incertezas do futuro (papel psicológico). A moeda — que satisfaz esta verdadeira necessidade, que é a preferência pela liquidez — constitui, segundo a própria expressão de KEYNES, "um vínculo entre o presente e o futuro". Necessàriamente, a taxa de juros, que é definida como o preço da renúncia à liquidez, desempenha no sistema, um papel principal. E' por intermédio dela que as variações da quantidade de moeda agem sôbre os preços: constituindo um dos dois elementos que determinam o fluxo de investimento (com a eficácia marginal do capital); a taxa de juros, dirigida pelo fator monetário, age, por seu turno, sôbre o investimento e então sôbre a procura geral. Tal é a ortodoxia keynesiana. L. R. KLEIN é mais desembaraçado, e, assim procedendo, sua contribuição se torna original.

Para o autor, a taxa de juros não tem, nas variações da procura dos bens de produção, o papel primordial que KEYNES lhe atribui. Êle constata que, de fato, o investimento importa em riscos e incertezas para o rendimento futuro dos capitais, o que, pela sua importância prática, é superior à influência das possíveis variações da taxa de juros. Por outro lado, os empreendedores praticam cada vez mais, o auto-financiamento por meio de reservas e lucros não distribuidos, sem que o custo, em juros, dos fundos assim empregados, apareça na contabilidade. L. R. KLEIN reforça, assim, o ponto de vista adotado e exposto, com tantos elementos de convicção, pelo Prof. GUDIN, quando mostrou, por exemplos extraídos da prática dos negócios, a pouca influência exercida pelas variações da taxa de juros nas decisões relativas ao investimento (5). Mas, enquanto L. R. KLEIN deixa na obscuridade o mecanismo da ação possível da quantidade de moeda sôbre os preços, o Prof. GUDIN introduz uma dicotomia fecunda: a moeda de ação direta, por intermédio da produção, age sôbre os preços e a moeda de ação indireta, por intermédio do mercado de capitais, age sôbre a taxa de juros.

Observamos, ainda, manifestações interessantes a respeito da agregação das quantidades variáveis e o cuidado que tem o autor de apoiar-se em verificações estatísticas logo que a análise deixa de encontrar as necessárias ligações na torrente das definições. No entanto, as ponderações do autor emanam, ùnicamente, da economia norte americana e não podem ser transportadas sem correções. Assim, apoiando-se em estudos de orçamentos privados, L. R. KLEIN afirma que a propensão marginal a consumir é a mesma para todos os indivíduos, qualquer que seja o montante global das suas rendas (páginas 58/59). Pode-se duvidar que assim seja em todos os países... Ademais, é de estranhar-se que, após haver estabelecido êsse princípio, o autor o tenha esquecido. Um pouco mais longe (à pág. 109) êle se apoia em proposição inversa (a classe dos assalariados tem

(5) EUGENIO GUDIN — *A moeda de ação indireta e a taxa de juros* — REVISTA BRASILEIRA DE ECONOMIA, dezembro de 1947, ps. 7/29.

uma propensão marginal um pouco mais elevada que as outras), para contestar a eficácia de uma redução dos salários. Todavia, se o leitor encontra, na obra, diversas ocasiões, como esta, de exercer sua crítica, isto não impedirá que aumente o seu interêsse pela leitura.

Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil

Léon Buquet